

NOTA DE IMPRENSA

Administração pública não pode depender do “livre arbítrio” de Sérgio Ávila

O deputado do Grupo parlamentar do PSD/Açores Bruno Belo acusou hoje o Governo regional de apresentar uma proposta no âmbito do processo de Integração dos Quadros Regionais de ilha que deixa ao “livre arbítrio” de Sérgio Ávila, vice-presidente do Governo, a definição das necessidades permanentes da administração pública regional.

“O Governo, na sua proposta, deixa ao livre arbítrio do membro do Governo o período que medeia entre a entrada em vigor do Orçamento e o desencadeamento do processo de integração dos funcionários na administração pública. Trata-se, pois, de uma proposta que não é transparente, não é séria e não é rigorosa”, resumiu Bruno Belo, deputado do PSD/Açores na Assembleia Legislativa dos Açores.

Para o PSD/Açores, a administração pública é uma “matéria demasiado importante para ficar apenas nas mãos de Sérgio Ávila”. Os social-democratas apresentam, por isso, em sede de discussão e votação do Plano e Orçamento para 2017 e das Orientações a Médio Prazo 2017-2020, duas propostas de alteração de forma a assegurar a transparência do processo de integração dos funcionários públicos contratados a termo e a recibo verde.

O PSD/Açores propõe, por um lado, que o processo de integração dos funcionários seja iniciado no máximo em 60 dias após a entrada em vigor do Orçamento e, por outro, que a clarificação dos funcionários que desempenham funções não consideradas necessidades permanentes seja fundamentada por despacho do dirigente máximo do serviço.

Questionado pelo PSD/Açores, Sérgio Ávila não respondeu à pergunta de quantos funcionários públicos sem vínculo serão excluídos deste processo de integração na administração pública.

Horta, 14 de março de 2017

Laurénio Tavares
Secretário do Grupo Parlamentar do PSD
ltavares@alra.pt